

P04A - Processo de Planejamento e
Gestão Municipal Produto Final - 04a/05

RENASCENÇA - PR

PDM - Plano Diretor Municipal

Dezembro de 2007



COORDENAÇÃO/SUPERVISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL RENASCENÇA - PR

Rua Getúlio Vargas, 901 - Centro

CEP: 85.610-000 Renascença - PR

E-mail: administracao@renascenca.pr.gov.br;

CNPJ: 76.205.681/0001-96

Prefeito Municipal – Sr. Geraldo Giacomini

ACOMPANHAMENTO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

Diretoria de Coordenação

Gildete Bonotto Vescovi

Arquiteta e Urbanista

Analista de Desenvolvimento Municipal

Renata Helena da Silva

Arquiteta e Urbanista

Analista de Desenvolvimento Municipal



Plano Diretor Municipal – PDM
Município de Renascença - PR

P04A – Processo de Planejamento e Gestão Municipal
VOLUME FINAL

Equipe Técnica Municipal do PDM (Portaria nº 161/2006)

Coordenador:.....Jairo Reni Buzzacaro

Membros:

Suplente José Zanini
Diretor – Dpto de Infra-Estrutura Toninho Ismael Fill
Chefe da Divisão de Urbanismo Antoninho Dirceu Machado
Diretor do Departamento de Agropecuária Alberto Nelci Muller
Chefe da Vigilância Sanitária Margarida Guollo Ciliprandi
Engenheiro Civil Cleverson Zatta Valdameri
Advogado Claudson Marcus Liz Leal
Contador Edson Luiz Berlatto
Ação Social Miraci Terezinha Giacomini
Escriturário Carlos Alberto Nardi
Diretora do Departamento de Fazenda Lurdes Dall’Agnol Stiz

Comissão de Acompanhamento do PDM (Portaria Nº 049/2007)

Coordenador.....**José Zanini**

PODER PÚBLICO

Representante do Departamento de Administração e Planejamento.....José Zanini
Representante do Departamento de Administração e Planejamento.....Carlos Alberto Nardi
Representante do Departamento de Educação, Cultura e Esporte.....Claudinéia Porta Lorenzon
Representante do Departamento de Educação, Cultura e Esporte.....Ivete de Oliveira
Representante da Divisão de Saúde.....Milton Luiz Biscaro
Representante da Divisão de Saúde.....Dalva Josefina Zago
Representante do Departamento da Agropecuária e Meio Ambiente.....Alberto Nerci Muller
Representante do Departamento da Agropecuária e Meio Ambiente.....Lurdes Southier Rissi
Representante da Câmara Municipal de Vereadores.....Tereza Ana Giacomini



Representante da Câmara Municipal de Vereadores.....	Gilmar Schmidt
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	
Representante do Sindicato Rural.....	Antonio Tomassoni
Representante do Sindicato Rural.....	Maximino Sabbi
Representante dos Trabalhadores Rurais.....	Lindara Blange Ribeiro
Representante dos Trabalhadores Rurais.....	Neuza Klaus Machado
Representante da COASUL – Cooperativa Agroindustrial.....	Gerson Panho
Representante da COASUL – Cooperativa Agroindustrial.....	Edson Pascoal Sofiati
Representante da CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária.....	Olir Ficanha
Representante da CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária.....	Adilar Parize
Representante da ACIREN – Associação Comercial e Industrial.....	Neliza Soligo Biscaro
Representante da ACIREN – Associação Comercial e Industrial.....	Silvia Letícia Menegazzo
Representante da CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar.....	Primório de Souza Torres
Representante da CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar.....	Orides Antônio Rizzo
Representante do CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Renasença.....	Lisney Venzon
Representante do CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Renasença.....	Neli Jaime Sganzerla
Representante da APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Renasença.....	Dirceu José Rufatto
Representante da APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Renasença.....	Carlos Alberto Guollo
Representante da APMI – Associação de Proteção a Maternidade e a Infância.....	Miraci Terezinha Giacomini
Representante da APMI – Associação de Proteção a Maternidade e a Infância.....	Zélia Gotz Stempowski
Representante da APROBRAS – Ass. de Produtores Rurais da Comunidade de São Brás.....	Idair Antônio Rozaneli
Representante da APROBRAS – Ass. de Produtores Rurais da Comunidade de São Brás.....	Erico Ribeiro da Silva
Representante da APAR – Ass. dos Agricultores Familiares do Município de Renasença.....	Laudelino C. de Araújo
Representante da APAR – Ass. dos Agricultores Familiares do Município de Renasença.....	Janete da F. Brizola
Representante do EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	Maria H. Fracasso
Representante do EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	Leandro Molinetti

EXECUÇÃO

ECOTÉCNICA – TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Rua José Fabiano Barcik, 406 Cajuru.

CEP: 82.940-050 – Curitiba – Paraná

E-mail: renascenca2007@hotmail.com

Fone/fax: (0*41) 3026-8639 / 3026-8641 / cel: 8402-9521

(0*46) 3536 7417

CNPJ: 02.610.553/0001-91

Equipe Técnica

Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Coordenação Técnica	Arquiteto e Urbanista Walter Gustavo Linzmayer	CREA-PR 73.015/D
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Letícia S. Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Arquiteta Urbanista	Ana Valéria Brugnolo dos Santos	CREA-PR 33.022/D
Arquiteto e Urbanista	Fernando de Godoy	CREA-PR 81.194/D
Economista	Fabiano Geremia	CORECON PR 7019
Engenheiro Civil	Alexandre Tiezzi Zuntine	CREA-SP 5060516349/D
Tecnóloga em Const. Civil	Gisele Viviane Gross	CREA-PR 72.738/D
Advogada Esp. em Direito Socioambiental e Gestão Municipal de Rec. Hídricos	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB PR 37951
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Civil	Nilo Aihara	CREA- PR 8040/D
Engenheira Agrônoma – Esp. em Gestão Ambiental	Marisa Helena Cossa	CREA-SC-043770/D
Tec. em Química Industrial – Esp. em Gestão Ambiental	Eliane Denes	CRQ 09201430/IX



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o **Processo de Planejamento e Gestão Municipal – Volume A**, referente ao **Produto 04 (P04A)**, integrante do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal – PDM, do município de Renascença, executado pela empresa ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda. conforme Processo Licitatório nº 32/2006 de 21 de Julho de 2006 e contrato N.º 2/2006 firmado entre a Prefeitura Municipal de Renascença e a empresa citada, em conformidade com o Termo de Referência estabelecido pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

A definição do Processo de Planejamento e Gestão Municipal tem como base as avaliações efetuadas em etapas anteriores, mas contém a função primordial de adequar a estrutura administrativa e dar suporte à implementação e acompanhamento do Plano Diretor Municipal, objetivando o desenvolvimento municipal permanente. De acordo com o processo de construção do plano já consolidado em etapas anteriores, o conteúdo deste documento foi originado e debatido com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do PDM, em oficina de capacitação. Nesta foram discutidas as ações pertinentes a cada eixo de desenvolvimento; elucidada a definição, função e metodologia para elaboração de indicadores; bem como debatidas questões referentes às possibilidades de readequação da estrutura administrativa. Os indicadores foram sistematizados e estão sendo apresentados, bem como todo o seu conteúdo, para avaliação da Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento, comunidade em geral e instituições que acompanham este PDM.

1	INTRODUÇÃO	1
2	GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE	2
2.1	AÇÕES – GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE	3
3	ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL	4
3.1	GESTÃO EM AÇÕES INTERNAS	9
3.2	GESTÃO DE ARTICULAÇÃO EXTERNA.	16
4	SISTEMA DE INFORMAÇÕES	18
5	CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO	21
5.1	INDICADORES DE PERFORMANCE SISTÊMICA	23
5.2	INDICADORES DE DESEMPENHO DO PDM	25
5.2.1	Indicadores dos Eixos de Desenvolvimento	25
5.2.2	Indicadores de Gestão Administrativa	30
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7	REFERÊNCIAS	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Renascença.....	5
Figura 2: Organograma por departamento Governo municipal de Renascença – Administração Geral - 2007.....	5
Figura 3: Organograma por departamento Governo municipal de Renascença – Administração Específica - 2007.....	6
Figura 4: Organograma por departamento Governo municipal de Renascença – Proposta PDM.....	7
Figura 5: Organograma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Renascença – Proposta PDM.....	8
Figura 6: Organograma por departamento Governo municipal de Renascença – Proposta PDM.....	9
Figura 7: Estrutura do Sistema de Informações.....	19
Figura 8: Variáveis dos Indicadores.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de performance sistêmica.....	25
Tabela 2: Indicadores de Desempenho do PDM.....	25
Tabela 3: Indicadores de gestão em ações internas.....	30
Tabela 4: Indicadores de gestão da articulação externa.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Humano 1991-2000.....	24
Gráfico 2: Coeficiente de Gini 1991-2000.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ação – Criar o Fórum de Desenvolvimento Municipal.....	3
Quadro 2: Ação – Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal.....	3
Quadro 3: Ação – Preencher as vagas disponíveis através de concurso público.....	9
Quadro 4: Ação - Avaliar o impacto de novas contratações no Orçamento Municipal.....	10
Quadro 5: Ação - Fortalecer Política de Recursos Humanos para os servidores municipais.....	10
Quadro 6: Ação - Promover capacitação permanente dos servidores municipais.....	10
Quadro 7: Ação – Ampliar a participação das receitas tributárias no montante global de arrecadação.....	11
Quadro 8: Ação – Efetivar a fiscalização tributária no município.....	12
Quadro 9: Ação - Sistematizar agenda de reuniões entre os diretores dos diversos órgãos da Prefeitura.....	12
Quadro 10: Ação – Criar o estatuto regimentar e a implantação da agenda 21.....	13
Quadro 11: Ação – Promover a fiscalização Rural.....	13
Quadro 12: Ação – Atualizar cadastro imobiliário e planta genérica de valores.....	14

Quadro 13: Ação – Promover a fiscalização urbana.....	14
Quadro 14: Ação – Informatizar um sistema de banco de dados no município	14
Quadro 15: Ação – Implantar um Sistema de Inspeção Municipal.....	15
Quadro 16: Ação – Revisar e Atualizar a legislação tributária municipal	15
Quadro 17: Ação – Reestruturar a Estrutura administrativa da Prefeitura Municipal	16
Quadro 18: Ação – Incentivar a criação de instituições que promovam maior interação público/privado.....	16
Quadro 19: Ação - Ampliar a participação dos conselhos municipais na Gestão municipal.	17
Quadro 20: Resumo das Ações previstas na Adequação da Estrutura Organizacional.....	17

1 INTRODUÇÃO

O Processo de Planejamento e Gestão Municipal tem o intuito, além de garantir a participação da Sociedade Civil por meio da criação de canais, extensivo a todos os cidadãos e segmentos da sociedade, objetivando:

- Buscar a transparência no processo de planejamento e gestão municipal;
- identificar prioridades sociais do município junto à população;
- acompanhar e avaliar permanentemente a implementação das diretrizes e ações estabelecidas no Plano Diretor e no Plano de Ações e Investimentos;
- propor atualização dos planos e projetos desenvolvidos;
- proporcionar a continuidade do processo de planejamento e gestão do Município.

Este documento estrutura-se a partir de quatro capítulos, quais sejam: (i) eixo de desenvolvimento: Gestão Democrática Permanente; (ii) adequação da estrutura organizacional da Prefeitura, contemplando a gestão em ações internas e articulação externa; (iii) sistema de informações e (iv) construção de indicadores de avaliação, subdivididos em indicadores de performance sistêmica e indicadores de desempenho do Plano Diretor Municipal.

Apresenta-se neste documento o eixo de desenvolvimento referente à gestão democrática permanente, cabendo neste produto uma melhor elucidação e detalhamento das propostas pertinentes à gestão municipal, contando que, as associações representativas dos vários segmentos da sociedade deve se envolver em todas as etapas de gestão municipal (planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal), em especial na construção do Plano Diretor Municipal. Portanto, considera-se extremamente relevante que este seja consolidado como um eixo de desenvolvimento, a compor o planejamento e gestão municipal permanentemente.

Apresentam-se também os pontos cruciais que merecem intervenção dentro do Processo de Planejamento e Gestão Municipal, expondo de uma forma direta a adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, com vistas a ampliar a efetividade na implementação do Plano Diretor Municipal de Renascença, bem como a gestão do desenvolvimento municipal e sua permanente atualização.

Além disso, são apresentadas orientações para a configuração de um sistema de informações a ser implementado na Prefeitura, subsidiando o planejamento e gestão municipal, de forma a produzir os dados necessários com a frequência definida, para dar suporte técnico e político permanente à atividade de planejamento no município.

E por fim, explicita-se a construção de indicadores, onde se objetiva orientar a avaliação anual do desempenho do processo de planejamento e gestão municipal, com metas claramente definidas a serem alcançadas.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE

A gestão democrática trata da promoção de condições igualitárias para que todos possam negociar e disputar interesses coletivos e individuais, em aspectos relacionados à gestão do desenvolvimento municipal. Inclusive, é estabelecida pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) no sentido de garantir a participação da população urbana em todas as decisões de interesse público.

Neste processo, as associações representativas dos vários segmentos da sociedade deve se envolver em todas as etapas de gestão municipal (planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal), em especial na construção do Plano Diretor Municipal. Deve girar em torno de discussões entre iguais e por decisões conscientes e esclarecidas.

Ao contrário do planejamento tecnocrático, desenvolvido substancialmente entre quatro paredes e descomprometido com a realidade social, a proposta participativa é mais eficaz. Leva as respostas mais comprometidas com os fatos social e urbanos, além de liberar grande potencial criativo, no esforço de construir coletivamente respostas aos desafios (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

Neste Plano Diretor Municipal, em seu processo de construção, o planejamento democrático está sendo presente em todas as fases, e revelando o potencial participativo e intervencionista da população de Renascença. No entanto, o fortalecimento das bases para a participação é fundamental, bem como a abertura por parte da administração pública para relações mais sólidas e transparentes. Tal é a importância deste processo, que se considera extremamente relevante que este seja consolidado como um eixo de desenvolvimento, a compor o planejamento e gestão municipal permanentemente, integrados e não isolado, como é de praxe. As diretrizes abaixo revelam os pontos cruciais a serem perseguidos tanto pelo poder público como pela população (e os diversos atores que a compõe), uma vez que trata da interação entre estes atores. São elas:

PROPICIAR A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NA DISCUSSÃO E GESTÃO DA CIDADE.

Planejar o futuro da cidade de forma democrática refere-se à incorporação de todos os setores sociais, econômicos e políticos que a compõe, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governantes na direção de projetos que incluam a todos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005). Sendo assim, cabe ao poder público propiciar formas de participação popular nas discussões de âmbito geral, ou seja, na gestão da cidade, uma vez que todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município.

CRIAR E MANTER ESPAÇOS DE DISCUSSÃO PERMANENTE DAS QUESTÕES REFERENTES AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.

Para que todos possam entender e interferir nos processos de decisão sobre os mecanismos e instrumentos de gestão e planejamento urbano, é necessário a criação de espaços de debate com condições paritárias em que se possa discutir questões referentes ao desenvolvimento municipal. Um exemplo é o Fórum de Desenvolvimento Municipal, promovido pelo governo federal e apoiado pelo SEBRAE, que promove orientação direta para a criação destes espaços. Apesar de boa parte dos municípios brasileiros, especialmente de pequeno e médio porte, terem criado estes fóruns, Renascença não levou a cabo a sua implementação. É importante para o município a sua ativação, bem como o

Conselho de Desenvolvimento Municipal, que será estabelecido a partir deste PDM, trilhando os caminhos iniciados pela Comissão de Acompanhamento deste Plano. Esses espaços são importantes para socializar informações e para efetiva capacitação e participação dos cidadãos no processo decisório e de desenvolvimento integrado municipal.

FORTALECER A COOPERAÇÃO ENTRE GOVERNO, INICIATIVA PRIVADA E DEMAIS SETORES DA SOCIEDADE NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO.

Uma cidade não é criada e desenvolvida somente pelo poder público, mas principalmente por seus cidadãos e organizações que dela fazem parte. Ainda mais, levando em conta a atual situação de precariedade e escassez de recursos dos governos locais. Portanto, a cooperação entre os três grandes atores que constroem uma cidade, ou seja, o governo, a iniciativa privada, e outras organizações são fundamentais. A divulgação, conhecimento e aplicação dos pontos estabelecidos no Plano Diretor Municipal e legislações decorrentes por todos, principalmente em atividades que influenciam e determinam o crescimento municipal, configura outra forma de consolidar esta cooperação

2.1 Ações – Gestão Democrática Permanente

Neste item são expostas as ações referentes ao Eixo de Desenvolvimento: Gestão Democrática Permanente, conforme os quadros abaixo. Para cada ação é apresentada: sua justificativa, objetivos, prioridade e responsabilidade.

QUADRO 1: AÇÃO – CRIAR O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CRIAR O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
Justificativa	Em Renascença não há Fórum de Desenvolvimento Municipal, o qual se trata de uma instância colegiada, democrática e participativa, com o objetivo de mobilizar e atuar no processo de desenvolvimento integrado municipal. Também são desenvolvidas ações e metas para o município. Não obstante, é importante a criação de um Fórum de Desenvolvimento Municipal para que o município esteja intimamente vinculado às questões e discussões do presente Plano Diretor Municipal, em consonâncias com a Comissão de Acompanhamento de Elaboração do PDM, além de posteriores articulações.
Objetivo geral	Promover a articulação municipal em questões de âmbito de desenvolvimento municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar a participação e intervenção popular; ▪ Incitar as discussões públicas do Plano Diretor Municipal; ▪ Disponibilizar mais um canal de comunicação entre a população e a Prefeitura; ▪ Desenvolver o município de forma mais participativa e de acordo com o interesse comum.
Prazo de execução	Curto prazo
Responsabilidade	Sociedade Civil Organizada

QUADRO 2: AÇÃO – CRIAR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CRIAR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
Justificativa	Atualmente, para o acompanhamento do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal foi publicado uma Portaria (nº049/2007) nomeando os integrantes da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do PDM. Ao término do PDM deverá ser criado um Conselho de Desenvolvimento

	Municipal, o qual ficará responsável pela implementação, monitoramento e revisão das propostas e ações apontadas no PDM e respectivas Leis.
Objetivo geral	Efetivar a implementação do Plano Diretor Municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a implementação das propostas e ações apontadas no PDM e respectivas Leis; ▪ Promover revisões e adequações do PDM quando se fizerem necessárias; ▪ Denunciar possíveis desacordos com o que consta no arcabouço das leis integrantes do PDM.
Prazo de execução	90 dias após a aprovação do PDM
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento);

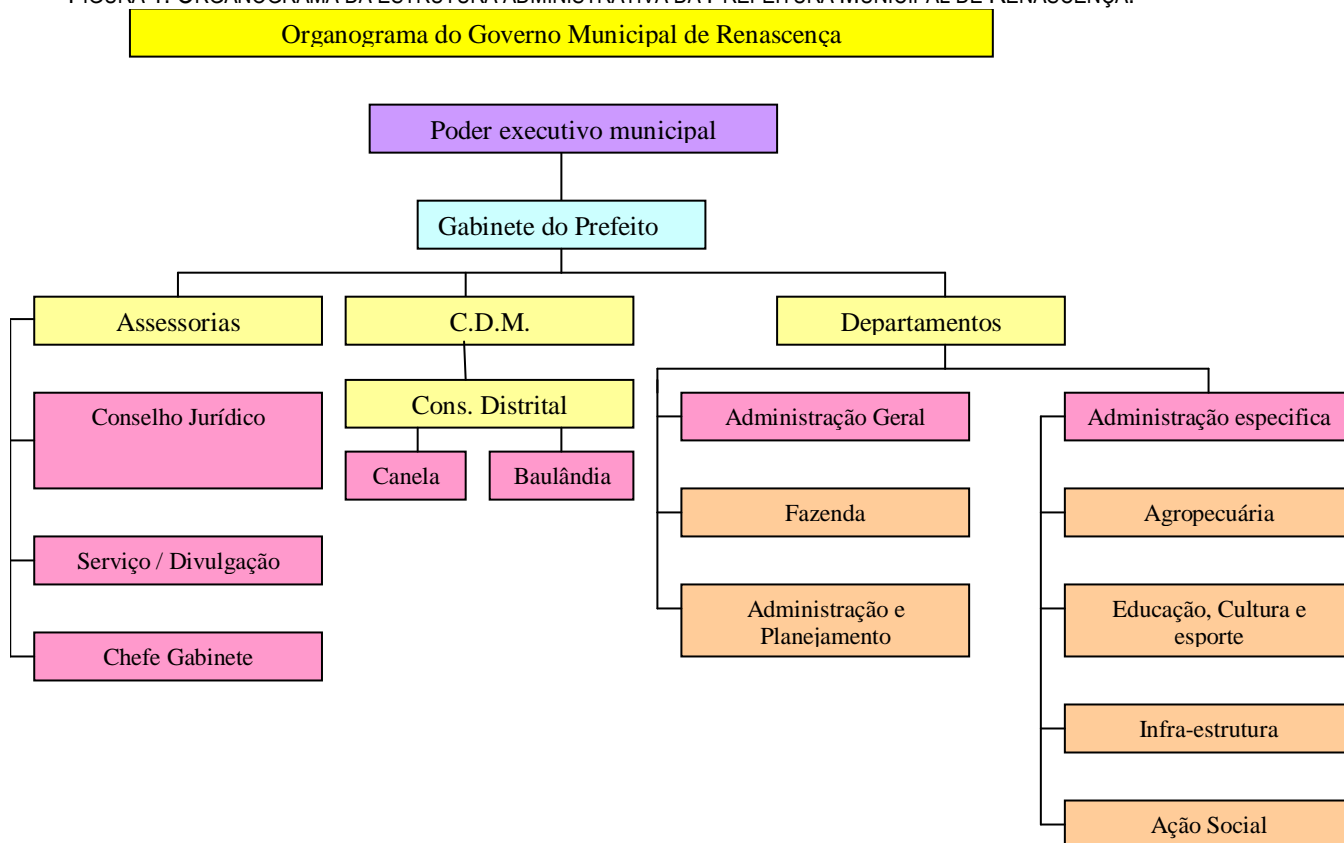
3 ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

A adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Renascença teve início por meio da avaliação da estrutura existente, realizada no Produto 02 – Avaliação Temática Integrada. A partir de então, pôde-se estudar formas de otimizar a estrutura existente, remanejar o corpo técnico e avaliar a necessidade de promoção de capacitações, tendo em vista o suprimento das necessidades identificadas.

A fim de cumprir o que foi delineado pontualmente, isto é, as demandas levantadas por técnicos da prefeitura, comunidade e consultoria, faz-se necessário atuar com uma Estrutura Administrativa enxuta e flexível, de suporte a realização das ações propostas. Cabe salientar que a organização municipal é representada por diversos órgãos em diferentes funções. Entre essas cabe citar outras funções que dão respaldo as atividades administrativas, financeiras, tributárias e recursos humanos.

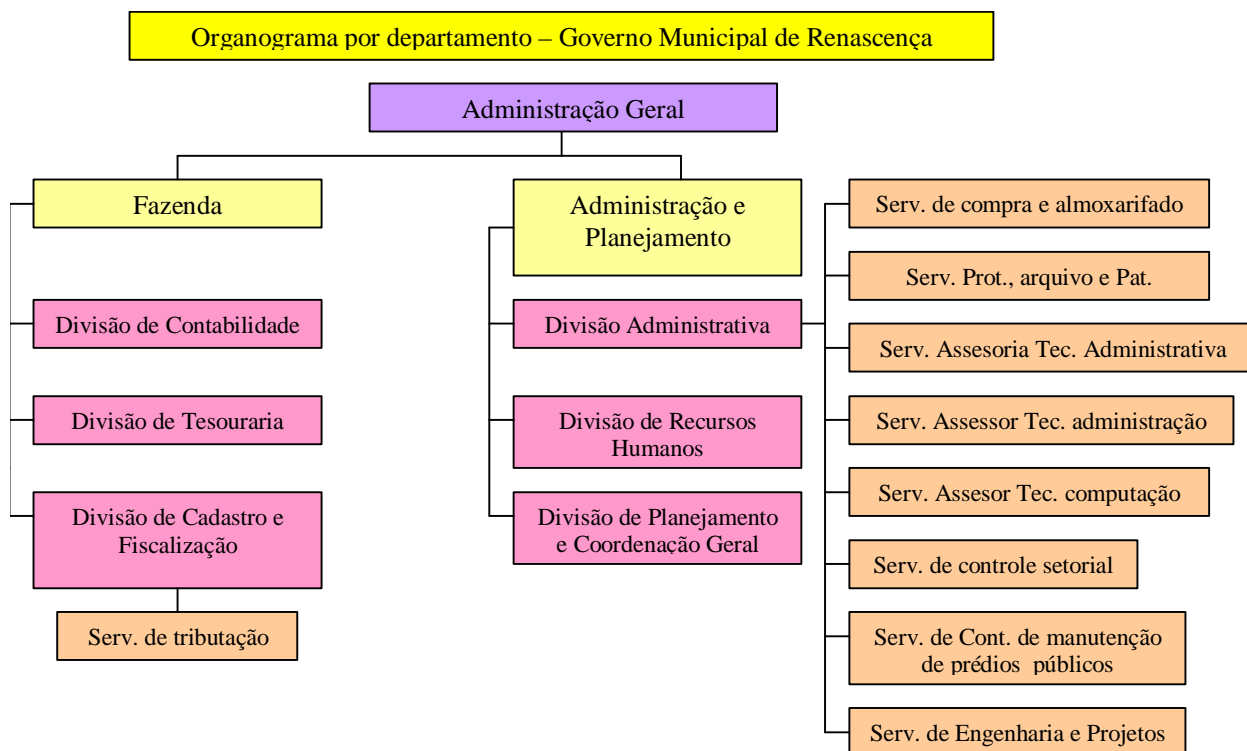
A figura, a seguir, demonstra o organograma da situação atual da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Renascença, de acordo com a Lei Municipal Nº 432/2003 aprovada em 13 de julho de 1990, a presente Lei entrou em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Esta Lei dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo do município de Renascença e dá outras providências. Pode-se observar o organograma do Governo Municipal de Renascença subdividida por departamentos, os quais se classificam em Administração Geral e Específica. O Departamento de Administração e Planejamento se encarregará das responsabilidades quando da implementação do Plano Diretor Municipal. Houve modificações na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Renascença passando a divisão de Saúde a compor um departamento específico, foi criada a divisão de documentos pessoais subordinada a Divisão Administrativa, o Serviço de Compra e almoxarifado passa a ser responsabilidade do Departamento da Fazenda e a Divisão de Comércio e Indústria passa a ser constituído como um Departamento.

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA.



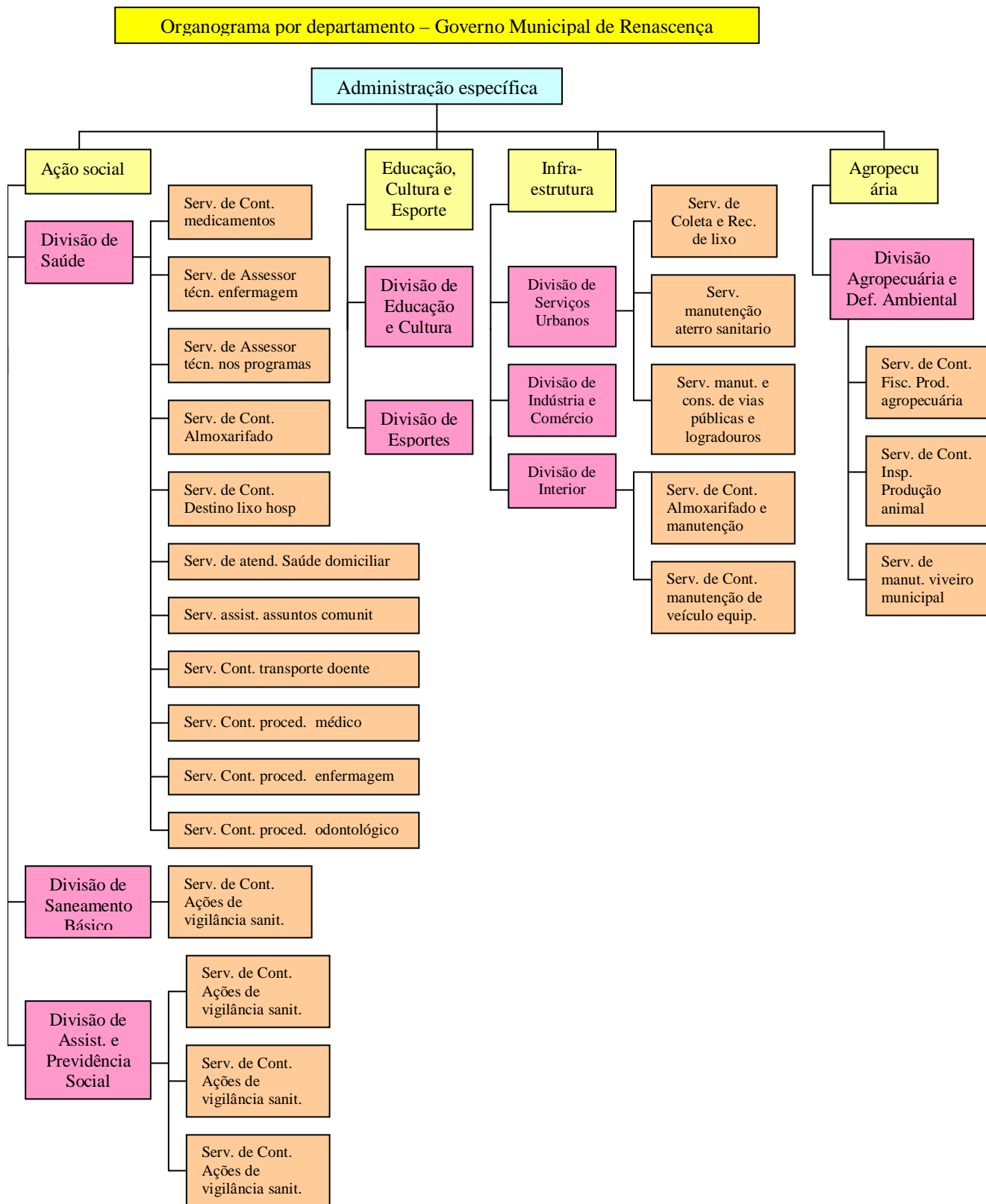
Fonte: LEI Nº 432/2003 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA, Elaborado por ECOTÉCNICA, 2007

FIGURA 2: ORGANOGRAMA POR DEPARTAMENTO GOVERNO MUNICIPAL DE RENASCENÇA – ADMINISTRAÇÃO GERAL - 2007



Fonte: LEI Nº 432/2003 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA, Elaborado por ECOTÉCNICA, 2007

FIGURA 3: ORGANOGRAMA POR DEPARTAMENTO GOVERNO MUNICIPAL DE RENASCENÇA – ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA - 2007



Fonte: LEI Nº 432/2003 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA, Elaborado por ECOTÉCNICA, 2007

FIGURA 4: ORGANOGRAMA POR DEPARTAMENTO GOVERNO MUNICIPAL DE RENASCENÇA – PROPOSTA PDM

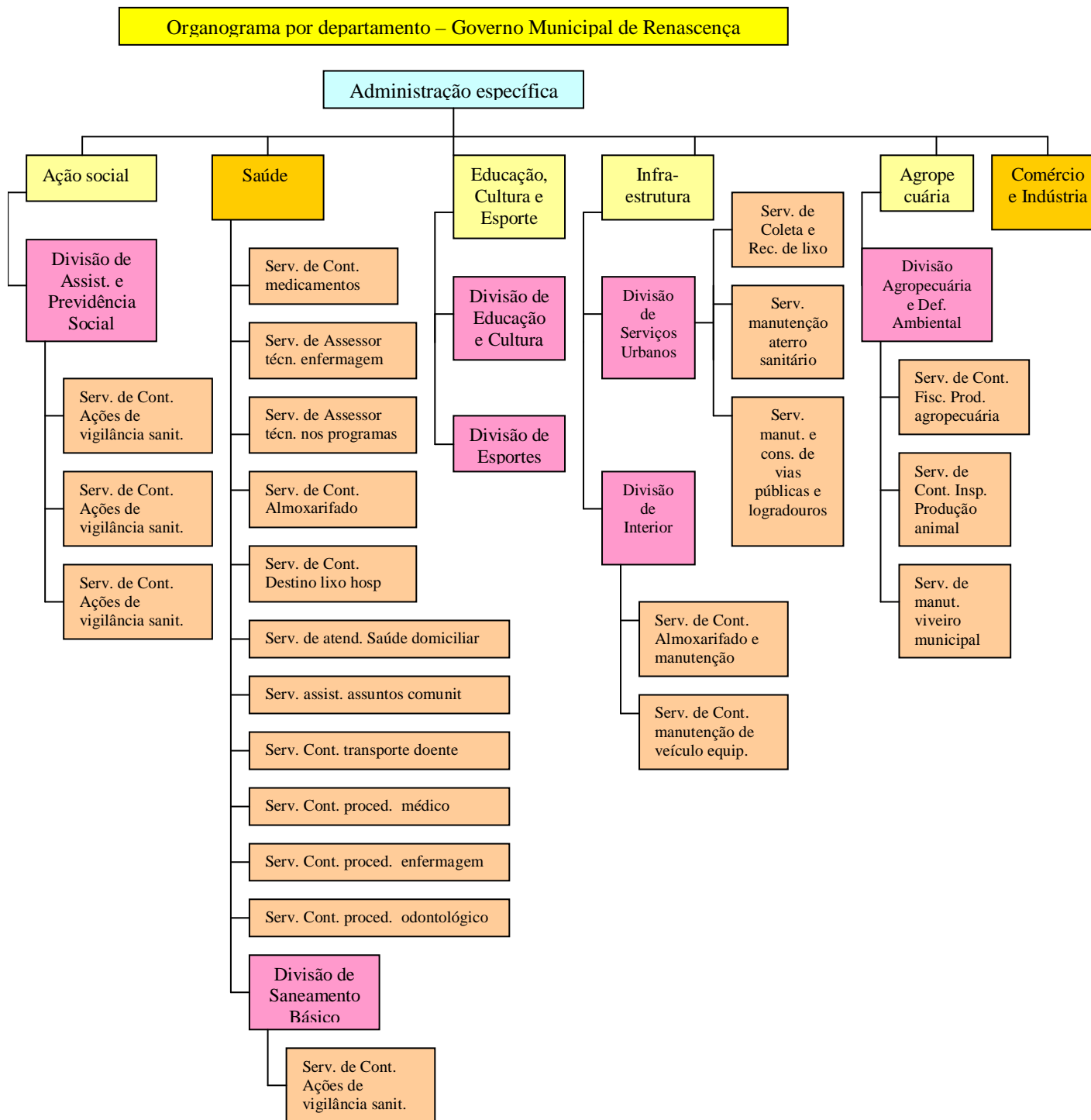


FIGURA 5: ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA – PROPOSTA PDM

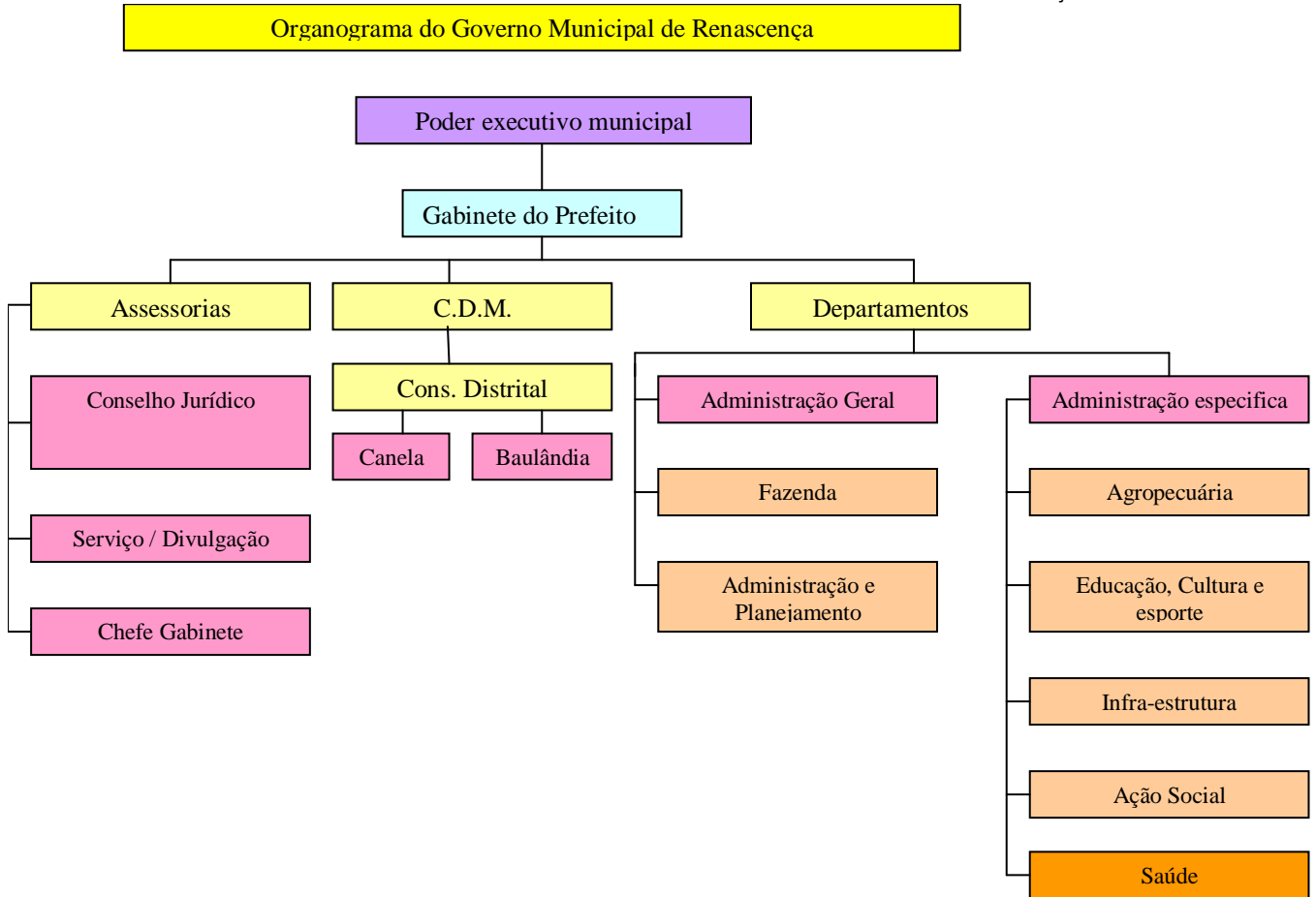
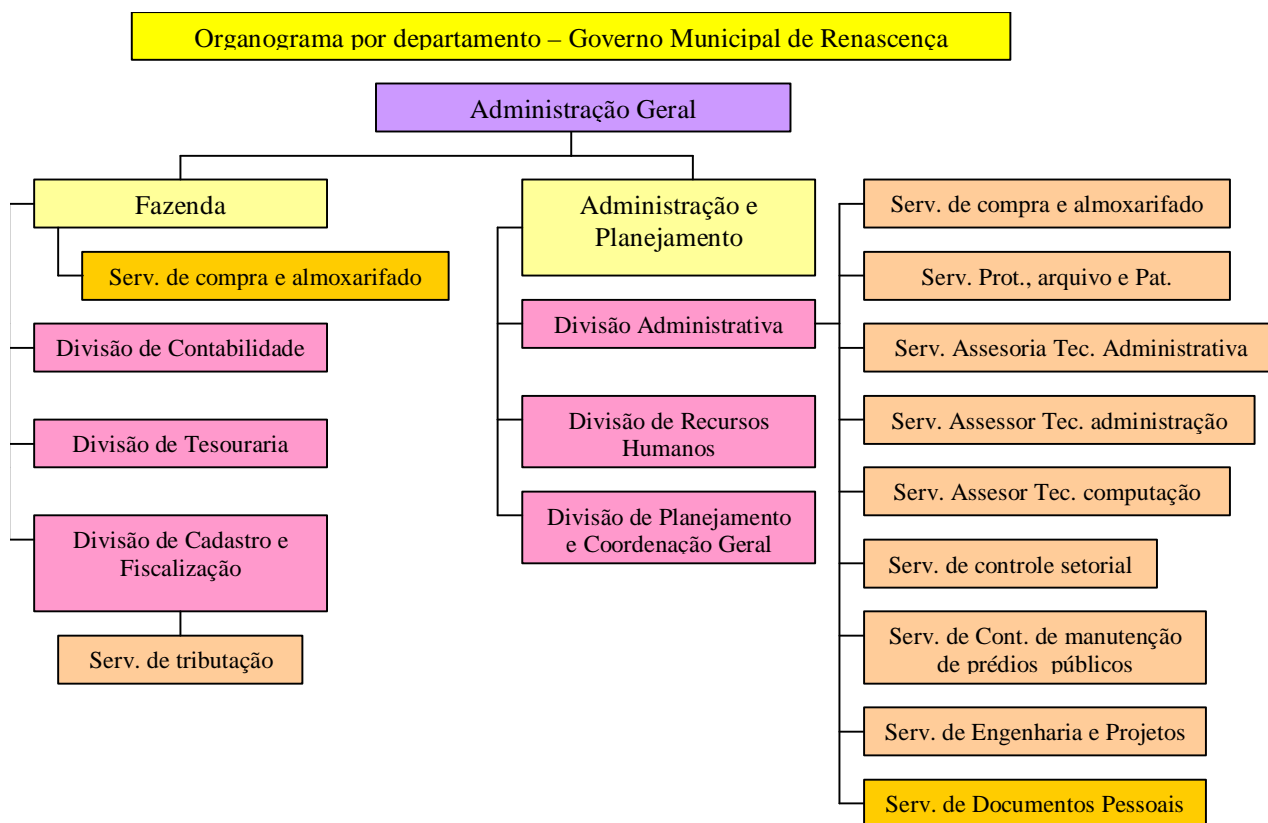


FIGURA 6: ORGANOGRAMA POR DEPARTAMENTO GOVERNO MUNICIPAL DE RENASCENÇA – PROPOSTA PDM



Assim, para cumprir o que foi proposto, e visando à implementação do Plano Diretor Municipal, bem como a Gestão Municipal, a Prefeitura Municipal deverá ter em foco às ações que se seguem, subdivididas em duas esferas: de Gestão em Ações Internas e de Gestão de Articulação Externa.

3.1 Gestão em Ações Internas

A Gestão em Ações Internas visa à adequação das atribuições e competências da estrutura organizacional da Prefeitura, nas atividades relacionadas às funções Administrativa, Financeira, Tributária e Recursos Humanos. As ações a serem realizadas estão descritas no quadro abaixo:

QUADRO 3: AÇÃO – PREENCHER AS VAGAS DISPONÍVEIS ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

PREENCHER AS VAGAS DISPONÍVEIS ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.	
Justificativa	O levantamento do quadro funcional apresentou uma relação cujo número de cargos existentes está aquém do número desejado de servidores, especialmente no que tange a cargos públicos para funcionários, principalmente no quadro de professores, sendo que não estão preenchidos conforme indica o regime estatutário da Prefeitura Municipal de Renascença. É reconhecido que a carência de recursos humanos em diferentes funções compromete a gestão municipal.
Objetivo geral	Adequar o quadro de funcionários
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suprir a demanda interna de funcionários; ▪ Ajustar toda a legislação vigente que se refere ao quadro de pessoal;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rever necessidade de pessoal por órgão e/ou departamento.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento/Divisão de Recursos Humanos).

QUADRO 4: AÇÃO - AVALIAR O IMPACTO DE NOVAS CONTRATAÇÕES NO ORÇAMENTO MUNICIPAL

AVALIAR O IMPACTO DE NOVAS CONTRATAÇÕES NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Justificativa	A contratação de novos servidores municipais implica em provimento de maiores recursos no orçamento municipal, deste modo conhecer este impacto é imperativo nas questões de orçamento, tendo em vista a gestão de recursos financeiros.
Objetivo geral	Manter equilibrada a gestão dos recursos financeiros
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentar a folha de pagamento em consonância com a lei no que se refere ao gasto com pessoal; ▪ Dimensionar o impacto sobre a folha atual.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento/Divisão de Recursos Humanos).

QUADRO 5: AÇÃO - FORTALECER POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS

FORTALECER POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	O município dispõe de leis municipais sobre a estruturação de uma Política de Recursos Humanos, as quais se comportam como condicionantes na operacionalização do órgão competente. Entretanto, a viabilização de uma Política de Recursos Humanos se faz necessária, para fortalecer acompanhamento e monitoramento das habilidades e competências internas para compreensão e constante adequação das áreas da Prefeitura para responder aos desafios e demandas da comunidade.
Objetivo geral	Viabilizar o que dispõe a Lei Orgânica Municipal na questão de Recursos Humanos
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atender a Lei Orgânica municipal; ▪ Estruturar o Regime Jurídico Único dos Servidores; ▪ Estudar um Plano de Carreiras; ▪ Fortalecer e ampliar avaliação de desempenho para promoção diagonal.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento/Divisão de Recursos Humanos).

QUADRO 6: AÇÃO - PROMOVER CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

PROMOVER CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	O município de Renascença não possui programa de capacitação de servidores públicos. Sabe-

	se que qualificar os quadros funcionais é imperativo nas organizações, sejam da iniciativa pública, privadas e/ou as entidades sem fins lucrativos. Neste sentido, investir em Recursos Humanos, traduz-se na capacitação e atualização dos colaboradores para as funções organizacionais, traduzindo no resultado do trabalho, em melhorias na capacidade de análise, no desempenho das funções, na proposição de soluções, bem como no uso dos recursos da organização.
Objetivo geral	Qualificar o quadro de profissionais municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar atualização constante; ▪ Capacitar para novas atribuições; ▪ Aperfeiçoar capacidade de análise; ▪ Melhorar constantemente o resultado dos trabalhos internos.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento/Divisão de Recursos Humanos)

QUADRO 7: AÇÃO – AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS NO MONTANTE GLOBAL DE ARRECADAÇÃO

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS NO MONTANTE GLOBAL DE ARRECADAÇÃO

Justificativa	A estrutura de tributação do município prevê a existência de impostos (IPTU, ISSQN, IRRF e ITBI), taxas e contribuição de melhoria. Deste a arrecadação do IPTU, ISSQN e ITBI podem ser ampliados com medidas simples. O município de Renascença, para tal deve ter seu Cadastro Imobiliário e Planta Genérica de Valores atualizados. A atualização destes é imprescindível uma vez que são a base de valoração dos imóveis e fixação de impostos como o IPTU e ITBI, além de possibilitar a aplicação de alguns mecanismos e instrumentos urbanísticos. A atualização tributária municipal também fornece informações ao município para que este possa realizar uma cobrança justa de impostos referentes aos imóveis e terrenos municipais. Além disso, esta ação permitirá que os cadastros dos imóveis registrados estejam atualizados com dimensões e localização corretas; que sejam incluídos aqueles imóveis atualmente não registrados; e que sejam renovados os benefícios para os contribuintes que se enquadram no perfil de isenção e/ou incentivo. A arrecadação do ISSQN pode ser ampliada através de incentivos para a economia local à formalidade, fazendo com que haja aumento na geração de receita própria para o município.
Objetivo geral	Aumentar a Arrecadação Municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recadastrar os imóveis, revisando metragens, localização, ocupação e propriedade; ▪ Atualizar o sistema de informações tributárias com os dados do recadastro; ▪ Fixar valores dos impostos de forma mais adequada e compatível com cada imóvel; ▪ Possibilitar à Prefeitura ter um controle mais efetivo dos imóveis e terrenos municipais; ▪ Embasar a aplicação de instrumentos urbanísticos; ▪ Renovar benefícios para os contribuintes que se enquadram no perfil de isenção e/ou

	incentivo.
Prazo de Implantação	Médio prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Fazenda/Divisão Cadastro e Fiscalização).

QUADRO 8: AÇÃO – EFETIVAR A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO

EFETIVAR A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO	
Justificativa	O município de Renascença possui cargos de fiscalização tributária em seu quadro de pessoal efetivo, no entanto o mesmo encontra-se vago. Para garantir a eficácia dos instrumentos tributários e de justiça social, o município de Renascença necessita de um órgão de fiscalização ativo que possa regulamentar, acompanhar e orientar a população nos procedimentos de arrecadação de IPTU, ISS, taxas e serviços públicos, impostos estaduais e federais. A combinação desta ação com campanhas para emissão de notas fiscais poderá promover o aumento da arrecadação municipal necessária para o município obter recursos suficientes à implantação dos seus programas e projetos. Para tanto se faz necessário à criação e efetivação de cargos na área de fiscalização tributária, bem como a harmonização da legislação tributária vigente no município as condições institucionais enraizadas no mesmo.
Objetivo geral	Ampliar arrecadação municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuar com equipe de fiscais habilitados para o desempenho de suas atividades; ▪ Legislar sobre a atuação do departamento e a amplitude de seu trabalho e das atuações fiscais; ▪ Fiscalizar as transações comerciais que compõem a base de arrecadação tributária do Município e de distribuição das cotas-partes dos tributos federais e estaduais.
Prazo de Implantação	Curto Prazo
Responsabilidade	Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento da Fazenda/ Divisão de Cadastro e Fiscalização).

QUADRO 9: AÇÃO - SISTEMATIZAR AGENDA DE REUNIÕES ENTRE OS DIRETORES DOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA.

SISTEMATIZAR AGENDA DE REUNIÕES ENTRE OS DIRETORES DOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA.	
Justificativa	As parcerias público/privada contribuem para o aprimoramento de soluções e a identificação de problemas sociais, econômicos e ambientais. Sobretudo, à medida que os recursos disponíveis no Poder Público são limitados, a necessidade de convergência de ações de todos os setores se faz presente, como um meio de reduzir os gastos e ampliar a utilização dos equipamentos públicos, e ainda, para construção de soluções inovadoras para os problemas existentes no município, além de permitir uma alocação de recursos mais eficiente e transparente.
Objetivo geral	Promover a convergência de ações e integração entre os diversos setores da prefeitura
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover troca de experiências entre setores; ▪ Compartilhar necessidades e recursos; ▪ Estabelecer soluções conjuntas;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o desempenho de programas e projetos.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria de Governo

QUADRO 10: AÇÃO – CRIAR O ESTATUTO REGIMENTAR E A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21

CRIAR O ESTATUTO REGIMENTAR E A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21	
Justificativa	Os aspectos ambientais, sociais e econômicos são os principais fatores que dão suporte ao desenvolvimento sustentável, esse debate tornou-se abrangente e constante, especialmente a partir da realização da ECO 92. A implementação das presunções debatidas nesta convenção foram reforçadas pelo protocolo de Kyoto e constituem a essência das proposições sintetizadas na agenda 21. A Implementação desta atribui delineamentos, eixos e diretrizes para o desenvolvimento sustentável nestas três esferas. Recentemente a implementação das propostas da agenda 21 passou do governo federal para os municípios. Desta forma, a instituição do estatuto é a base para o desenvolvimento ambiental, social e econômico.
Objetivo geral	Identificar parâmetros para o desenvolvimento ambiental, social e econômico.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o desenvolvimento sustentável nas esferas ambiental, social e econômica; ▪ Atribuir responsabilidades para os setores públicos e privados; ▪ Planejar o desenvolvimento municipal em longo prazo.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria de Governo

QUADRO 11: AÇÃO – PROMOVER A FISCALIZAÇÃO RURAL

PROMOVER A FISCALIZAÇÃO RURAL.	
Justificativa	O desenvolvimento do município como um todo depende de diversas ações oriundas do poder público e entidades afins. A fim de que todas as ações neste volume citadas, tanto relacionadas à elaboração de estudos, programas e implantação de infra-estrutura é fundamental que ocorra uma fiscalização para o bom andamento e cumprimento das ações propostas para o desenvolvimento do município e nos prazos indicados. Sendo assim, cabe a Prefeitura ter um setor específico responsável pela fiscalização geral da área rural, que atue concomitantemente com o Conselho de Desenvolvimento Municipal.
Objetivo geral	Garantir que as ações propostas para a sede urbana sejam realizadas
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar que algumas ações deixem de ser cumpridas; • Promover a verificação das ações efetivas, se estão de acordo com o desejável.
Prazo de execução	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Agropecuária); ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento).

QUADRO 12: AÇÃO – ATUALIZAR CADASTRO IMOBILIÁRIO E PLANTA GENÉRICA DE VALORES.

ATUALIZAR CADASTRO IMOBILIÁRIO E PLANTA GENÉRICA DE VALORES.

Justificativa	O município de Renascença possui o Cadastro Imobiliário e a Planta Genérica de Valores regulamentada através de decreto, sendo feita a última atualização em 2006. A atualização destes é imprescindível uma vez que são a base de valoração dos imóveis e fixação de impostos como o IPTU e ITBI, além de possibilitar a aplicação de alguns mecanismos e instrumentos urbanísticos. Há uma necessidade de planejar os territórios de forma integrada e compartilhada entre os entes federativos, de modo que se estabeleça um equilíbrio no campo tributário, quanto aos tributos que incidem sobre a propriedade urbana e rural.
Objetivo geral	Aplicar corretamente os valores imobiliários, impostos e instrumentos urbanísticos.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Readequar, de acordo com a realidade local, a cobrança de tributos (IPTU e ITBI) e os valores dos imóveis; ▪ Fixar valores dos impostos de forma mais adequada e compatível com cada imóvel; ▪ Possibilitar à Prefeitura ter um controle mais efetivo dos imóveis e terrenos municipais; ▪ Embasar a aplicação de instrumentos urbanísticos.
Prazo de execução	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Divisão de Cadastro e Fiscalização).

QUADRO 13: AÇÃO – PROMOVER A FISCALIZAÇÃO URBANA.

PROMOVER A FISCALIZAÇÃO URBANA.

Justificativa	O Poder Público tem grande interesse em fiscalizar o que ocorre no município, saber como estão sendo executadas as ações propostas e se está dentro das normas conforme as leis do Plano Diretor Municipal. O Conselho Municipal de Desenvolvimento tem grande atuação nesta tarefa, pois possui a função de controlar e fiscalizar as ações propostas no Plano Diretor Municipal, além de verificarem se estão sendo executadas dentro do prazo, e assim ajudando o Poder Público a controlar e atuar da melhor forma possível no desenvolvimento do município.
Objetivo geral	Garantir o cumprimento das Leis.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tornar a cidade mais organizada; ▪ Propiciar um maior controle na implantação das ações propostas no PDM.
Prazo de execução	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento)

QUADRO 14: AÇÃO – INFORMATIZAR UM SISTEMA DE BANCO DE DADOS NO MUNICÍPIO

INFORMATIZAR UM SISTEMA DE BANCO DE DADOS NO MUNICÍPIO

Justificativa	O município de Renascença não possui sistema de armazenamento de dados, desta forma informações com relação aos contribuintes, a legislação vigente e especialmente informações relacionadas às necessidades e demandas municipais de maneira geral, podem ser negligenciadas. O banco de dados do município proporcionará informações com relação as
---------------	---

	condições sócio-econômicas da população, bem como a priorização de ações a serem implementadas para cada grupo social específico, possibilitando a maximização de recursos e o aumento da eficiência administrativa municipal, além da resolução rápida e eficiente dos problemas sociais e legais.
Objetivo geral	Melhorar a eficiência administrativa municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as principais demandas da população; ▪ Estabelecer soluções conjuntas; ▪ Promover melhor equidade tributária; ▪ Desenvolver projetos de desenvolvimento entre o setor público e setor privado
Prazo de Implantação	Curto Prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de administração e planejamento/ Divisão administrativa / serviços de assessoria técnica em computação).

QUADRO 15: AÇÃO – IMPLANTAR UM SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

IMPLANTAR UM SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	
Justificativa	O Sistema de Inspeção Municipal é um instrumento legal que visa qualificar a produção, o processamento e a comercialização de alimentos de origem animal e vegetal no município. Busca ir de encontro com as prioridades de saúde pública e de abastecimento da população, além de buscar a qualidade dos produtos oferecidos à população, visando uma nova oportunidade para o desenvolvimento rural do município. Em Renascença, é necessário implantar um Sistema de Inspeção Municipal, objetivando assim, obter maior controle nos seus produtos locais e proporcionar maior agregação de valor à matéria-prima existente, gerando novos espaços de ocupação e renda para os produtores do município.
Objetivo geral	Melhorar o controle dos produtos alimentícios no Município
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agregar maior valor aos produtos locais; ▪ Divulgar os produtos locais; ▪ Obter renda para os produtores rurais do município; ▪ Obter maior controle sanitário dos produtos.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Agropecuária); ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Saúde – Divisão de Saneamento Básico).

QUADRO 16: AÇÃO – REVISAR E ATUALIZAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

REVISAR E ATUALIZAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
Justificativa	O município de Renascença possui uma legislação tributária, porém está necessitando de atualizações e revisões no que diz respeito à carga tributária no Município. Para garantir a eficácia dos instrumentos tributários e de justiça social, o município de Renascença necessita rever a sua legislação visando promover o aumento da arrecadação municipal necessária para

	o município obter recursos suficientes à implantação dos seus programas e projetos.
Objetivo geral	Atualização da legislação tributária municipal.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legislar sobre a atuação do departamento e a amplitude de seu trabalho e das autuações fiscais; ▪ Obter uma legislação tributária de acordo com a Constituição Federal e Estadual de acordo com as necessidades do Município.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento da Fazenda)

QUADRO 17: AÇÃO – REESTRUTURAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL

REESTRUTURAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL	
Justificativa	Com as propostas de mudanças no quadro da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal durante o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal há necessidade de ser alterada esta estrutura.
Objetivo geral	Revisão da Estrutura Administrativa Municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequar a Estrutura Administrativa às novas normas de estruturação; ▪ Reestruturar o quadro administrativo municipal; ▪ Propiciar maior dinâmica e eficiência nos serviços municipais.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeitura Municipal de Renascença (Departamento de Administração e Planejamento).

3.2 Gestão de Articulação Externa.

Na elaboração deste Plano Diretor Municipal foram delineadas propostas diversas, organizadas em eixos de desenvolvimento, diretrizes e ações. Para tanto, esta construção não levou apenas ao *conhecimento da sociedade*, mas sim, sua efetiva participação na elaboração por meio de seus representantes. Deste modo, este inter-relacionamento com a sociedade é um fator primordial na construção da cidade que se deseja. Neste sentido, não basta apenas uma gestão interna municipal, é necessária a articulação com o meio local, pois a partir deste se viabiliza o apoio para as atividades no desenvolvimento local. Portanto, propõe-se como essencial as seguintes ações:

QUADRO 18: AÇÃO – INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES QUE PROMOVAM MAIOR INTERAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO.

INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES QUE PROMOVAM MAIOR INTERAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO.	
Justificativa	O esforço conjunto com os diversos atores da sociedade local, para atingir um objetivo comum – Implantação do Plano Diretor Municipal reforça a necessidade de uma articulação entre o Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, Sociedade Civil Organizada e demais órgãos governamentais nas esferas estadual e federal. Assim, cria-se a necessidade da implementação de um arcabouço institucional capaz de proporcionar fluxos constantes de informações entre o setor público e o setor privado, viabilizando assim melhores alocações de recursos e maneiras mais amplas de captação de recursos para a realização dos projetos estratégicos para a sociedade local.

Objetivo geral	Promover Articulação com atores locais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar relacionamento entre os atores locais para objetivo comum; ▪ Viabilizar a captação de recursos para projetos estratégicos; ▪ Compartilhar soluções.
Prazo de Implantação	Curto Prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria de Governo.

QUADRO 19: AÇÃO - AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL.

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL

Justificativa	Ação corretiva para a utilização efetiva dos conselhos no processo de elaboração de políticas públicas e participação democrática. Aos conselhos atuantes, a implantação desta ação representa uma ação motivacional e de melhoria contínua na sua forma de atuar. A atuação de alguns conselhos do município é pouco expressiva na elaboração, acompanhamento e gestão das políticas públicas para a cidade, isto causa pouco envolvimento e falta de entendimento sobre as suas atribuições. Assim propõe-se ampliar a participação efetiva dos conselhos na criação, acompanhamento e gestão das políticas públicas da cidade.
Objetivo geral	Ampliar a participação dos conselhos municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expandir a interação entre o poder público e os Conselhos; ▪ Analisar e acompanhar as Políticas Públicas; ▪ Promover a elaboração de novos projetos; ▪ Ampliar o <i>Networking</i> para resultados efetivos e imediatos.
Prazo de Implantação	Curto Prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria de Governo.

QUADRO 20: RESUMO DAS AÇÕES PREVISTAS NA ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

GESTÃO	AÇÕES
EM AÇÕES INTERNAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preencher as vagas disponíveis através de concurso público; ▪ Avaliar o impacto de novas contratações no orçamento municipal; ▪ Implantar Política de Recursos Humanos para os servidores municipais; ▪ Promover capacitação permanente dos servidores municipais; ▪ Ampliar a participação das receitas tributárias no montante global de arrecadação; ▪ Sistematizar agenda de reuniões entre os diretores dos diversos departamentos da Prefeitura; ▪ Efetivar a fiscalização tributária no município; ▪ Criar o estatuto regimentar e a implementação da agenda 21; ▪ Promover a fiscalização rural; ▪ Atualizar o cadastro imobiliário e Planta Genérica de Valores; ▪ Promover a fiscalização urbana; ▪ Informatizar um sistema de banco de dados no município; ▪ Implantar um Sistema de Inspeção Municipal; ▪ Revisar e Atualizar a legislação tributária municipal; ▪ Reestruturar a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal

- Incentivar a criação de instituições que promovam maior interação público/privado;
- Ampliar a participação dos conselhos municipais na Gestão municipal.

4 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Sistema de Informações pode ser definido, segundo RAVANELLO (2006), como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam de um repositório), processam, armazenam e distribuem informações que auxiliam nas tomadas de decisões e no controle de uma organização.

Os primeiros sistemas de informação desenvolvidos, na década de 60 foram largamente implementados sem o auxílio de uma metodologia explícita, onde havia apenas a preocupação com as habilidades técnicas dos programadores, deixando-se as demais para um segundo plano. Nas décadas seguintes passou-se a utilizar sistemas de informações integrados em substituição a soluções específicas para os problemas de cada processo organizacional, a partir de modelos metodológicos para o desenvolvimento de sistemas de informação.

Um planejamento municipal adequado e eficiente necessita do estabelecimento de um Sistema de Informações Municipais em consonância com as várias esferas da Prefeitura, em que será possível acompanhar e avaliar a implementação e os resultados do Plano Diretor e dos demais programas e projetos propostos pelo Poder Público. Em relação aos aspectos referentes à qualidade de vida no Município devem-se determinar indicadores.

Definido os Indicadores e implantado o Sistema de Informações, o Conselho de Desenvolvimento Municipal e a Prefeitura poderão utilizar as informações como subsídio para a elaboração de novos programas e projetos. As informações, também servirão de suporte para as atividades administrativas e de gestão do Poder Público, orientando as prioridades de investimentos, além de assegurar à população o direito ao acesso à informação e publicidade sobre o conteúdo dos documentos estudados, programas e projetos (exceto em caso de situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança do indivíduo).

O Sistema de Informações proposto a seguir tem o intuito de fornecer subsídios e também diretrizes ao município, de forma a instaurar um ponto inicial para o processo de elaboração do sistema de informação. No entanto, este deve ser objeto de elaboração detalhada e específica posteriormente, uma vez que foge ao escopo deste Plano Diretor Municipal.

Segundo diversos autores, para a organização e arquivamento de informações e documentos públicos devem-se considerar todos os tipos de documentos e todas as fases. Não basta definir somente onde serão guardados, mas a forma de arquivamento, de modo a existir um registro e acompanhamento de seu trâmite pela Prefeitura que deve estar ligado a um sistema de informações integrado, e ainda, a existência de um sistema de racionalização dos procedimentos administrativos.

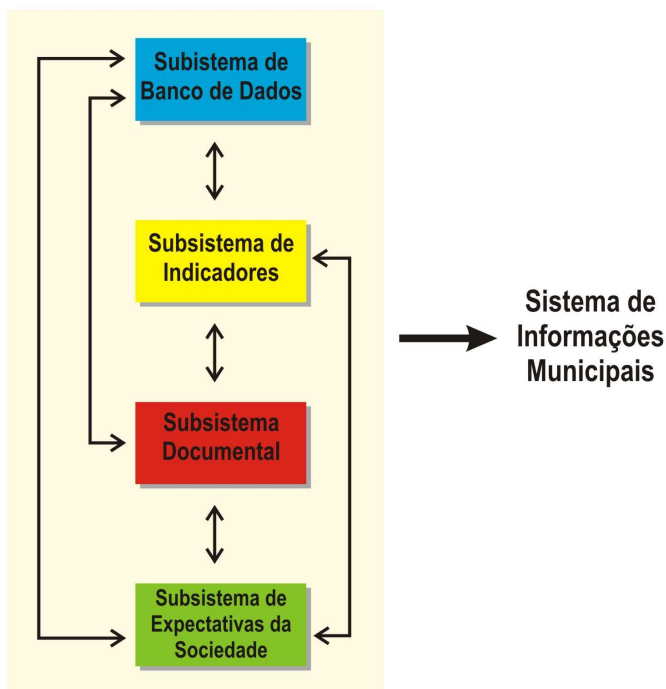
Aliado à readequação da estrutura administrativa da prefeitura, o sistema de informações municipal a ser manipulado por funcionários capacitados, possibilitará a rapidez dos procedimentos administrativos diminuindo a burocracia que prejudica o funcionamento da administração municipal.

O Sistema de Informações proposto deve atender ao critério de simplificação, clareza e economicidade e, assegurar a divulgação dos dados por meio de publicações em jornais e página eletrônica da Prefeitura Municipal. Assim, propõe-se

uma subdivisão em quatro subsistemas da seguinte forma:

- ❑ Subsistema Banco de Dados;
- ❑ Subsistema de Indicadores;
- ❑ Subsistema Documental;
- ❑ Subsistema de Expectativas da Sociedade.

FIGURA 7: ESTRUTURA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007.

Subsistema de Banco de Dados

Para o subsistema de banco de dados, propõe-se a compilação de uma série de dados para a elaboração de regulamentações, execução de fiscalizações, orientações e viabilização de planos, programas e projetos públicos. É importante que os dados sejam arquivados em meio digital e quando possíveis espacializados em mapas, e que dentro do possível todas as áreas do município sejam cadastradas. Para o banco de dados inicial, podem fazer parte os mapas temáticos elaborados no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal. É importante que as informações sejam georreferenciadas e compatíveis com o Sistema UTM. As principais ações iniciais para a implantação deste subsistema são:

- ❑ Utilização de um gerenciador de banco de dados, através da formação do primeiro banco, incorporando as informações cartográficas;
- ❑ Implantação do relacionamento com o Cadastro Imobiliário, e os Setores Censitários do IBGE;
- ❑ Levantamento, classificação, e (re) agrupamento das bases de dados, produtos elaborados e demais classes de informação para migração e armazenamento em bancos de dados. Devem constar informações socioeconômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, de uso e ocupação do solo, sobre a infra-estrutura, espaços públicos, equipamentos comunitários, sistema viário, transporte, meio-ambiente, cadastro imobiliário,

e demais julgados pertinentes e disponíveis;

- ❑ Elaboração de uma base cartográfica digital em escala adequada ao planejamento municipal e urbano (mínimo de 1:5.000);
- ❑ Aquisição, através de convênios ou parcerias, de uma coleção de imagens de satélite ou fotografias aéreas em escala adequada (como imagens orbitais QuickBird com resolução de 0,7m ou ortofotos em escala 1:10.000).

Ressalta-se que os pontos acima se tratam de investimentos que permitirão inclusive retorno financeiro para a Prefeitura, já que poderão possibilitar um incremento na arrecadação municipal. O aumento da quantidade de informações e dados a serem obtidos acerca do município também possibilitará análises mais precisas e condizentes com a realidade, facilitando a realização das ações da Prefeitura. Destaca-se a necessidade de constantes atualizações destas informações.

Subsistema de Indicadores

Para a implantação do subsistema de indicadores, definidos a partir de estudos realizados pela consultora para avaliação da eficiência do PDM, e apresentados na seqüência, propõe-se uma sistematização e acompanhamento freqüente da evolução dos resultados. As informações repassadas pelos respectivos departamentos ou organizações afins, ou oriundas do próprio sistema de informações, devem periodicamente ser alimentadas a esse subsistema, gerando alternativas estatísticas e visuais (como gráficos), que servirão de apoio ao planejamento municipal, além de possibilitar um melhor conhecimento da realidade do município.

Subsistema Documental

Para o subsistema documental, propõe-se que seja elaborado um índice e registro de todos os documentos (como por exemplo no sistema MicroISIS), incluindo estudos, planos (como este PDM), projetos, leis, decretos, portarias entre outros, de preferência em formato digital. Os documentos equivalentes em papel podem ser arquivados na biblioteca ou no Arquivo da Prefeitura.

Para o arquivamento dos documentos, estes deverão estar preferencialmente em formato digital, classificados por área (administrativa, jurídica, planejamento, dentre outros), tipos (lei, decreto, estudo, projetos) e por prazo de arquivamento (documentos de utilização constante, de arquivamento temporário e arquivamento definitivo). Todos os documentos existentes deverão estar registrados no índice de forma a apresentar sua classificação.

Subsistema de Expectativas da Sociedade

Para o subsistema de expectativas da sociedade, propõe-se a sistematização de qualquer material já produzido e coletado (ou a produzir), referente às expectativas da sociedade em relação ao desenvolvimento municipal. Desse material fazem parte os resultados de atas de reuniões, audiências públicas, processos participativos de planos e projetos específicos, materiais coletados através de sites, e-mails e caixas de sugestões, dentre outros. Esses dados devem ser armazenados de forma que possam ser resgatados constantemente, sem que caiam no esquecimento, já que se trata de solicitações da população. Para continuidade e efetividade do subsistema, os materiais devem ser encaminhados sistematicamente para os devidos departamentos ou organizações afins, onde poderão ser

processados.

Uma consideração importante para o Sistema de Informações é que seja possível a integração deste com outros sistemas externos à Prefeitura. Ou seja, o sistema deve ser moldado de forma a possibilitar o *input* de informações de sistemas de outras instituições, como COPEL, SUS, Secretaria de Educação, entre outros.

O Executivo, através do departamento designado para exercer a função de operador do sistema, deverá manter permanentemente atualizado o Sistema de Informações Municipais, que deverá conter, minimamente, as informações acima sugeridas.

5 CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Indicadores configuram uma ferramenta de planejamento que possuem a função de indicar, e principalmente comunicar, questões julgadas pertinentes ao desenvolvimento municipal e qualidade de vida de seus habitantes.

“As realidades se sucedem ao longo do tempo e deixam marcas, evidências, retratos em forma de paisagens. Elas são em si imutáveis. O que muda, ao longo do tempo do homem, é a interpretação que ele faz. As interpretações nada mais são do que a aspiração de se chegar cada vez mais próximo da verdade, ou seja, da “real realidade”... Esses, num primeiro momento são identificados pelo dado, ou seja, pelo princípio ou base imediata do conhecimento sobre o meio, ainda não construído ou elaborado. A decisão do planejador sobre a representação, valor e relação entre os dados é que conduz à determinação dos indicadores.” (SANTOS, 2004)

Bons indicadores têm a função de ajudar na escolha da melhor direção para atuação, fazendo as pessoas a pensarem e agirem, ao invés de somente medir a velocidade dos fatos e observar transformações, conforme explicam MACGILLIVRAY e ZADEK (1995) e INNES e BOOHER (2000).

Não existe, no entanto, uma fórmula para desenvolver um sistema de indicadores. De acordo com as circunstâncias atuais, necessidades, disponibilidades de dados, atores interessados e envolvidos no processo, cada comunidade deve desenvolver o seu próprio sistema.

Segundo VAZ (1995) um dos principais critérios de avaliação do desempenho de uma gestão municipal é a sua capacidade de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É difícil, no entanto, “detectar quando a mudança da qualidade de vida é resultado das ações do governo municipal, das ações de outros atores sociais (governos estaduais e federal, ONGs, associações filantrópicas, etc.) ou até mesmo de desempenho da atividade econômica” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Mas é possível identificar alguns campos nos quais, o governo municipal tem condições e atribuição legal para intervir, como alfabetização de adultos, saneamento básico, coleta e destinação de resíduos sólidos, ensino infantil, creches, entre outros. Portanto, vislumbra-se a necessidade e relevância de abranger duas escalas de avaliação, permitindo uma visão mais abrangente, que oriente ações para todos os atores sociais.

Dentro da realidade de Renascença, e tendo em vista o momento de elaboração deste PDM, considera-se importante à determinação das seguintes classes de avaliação (baseado em INNES e BOOHER, 2000):

- **Indicadores de performance sistêmica:** são macro-indicadores, que tem o objetivo de desenhar a direção para a qual o município está caminhando, através de uma visão abrangente. Pela importante função, deve ser amplamente entendido, aceito por técnicos e demais atores, confiável e metodologicamente conciso (ibid).

Assim, os indicadores que retratariam de melhor maneira a performance do município seriam:

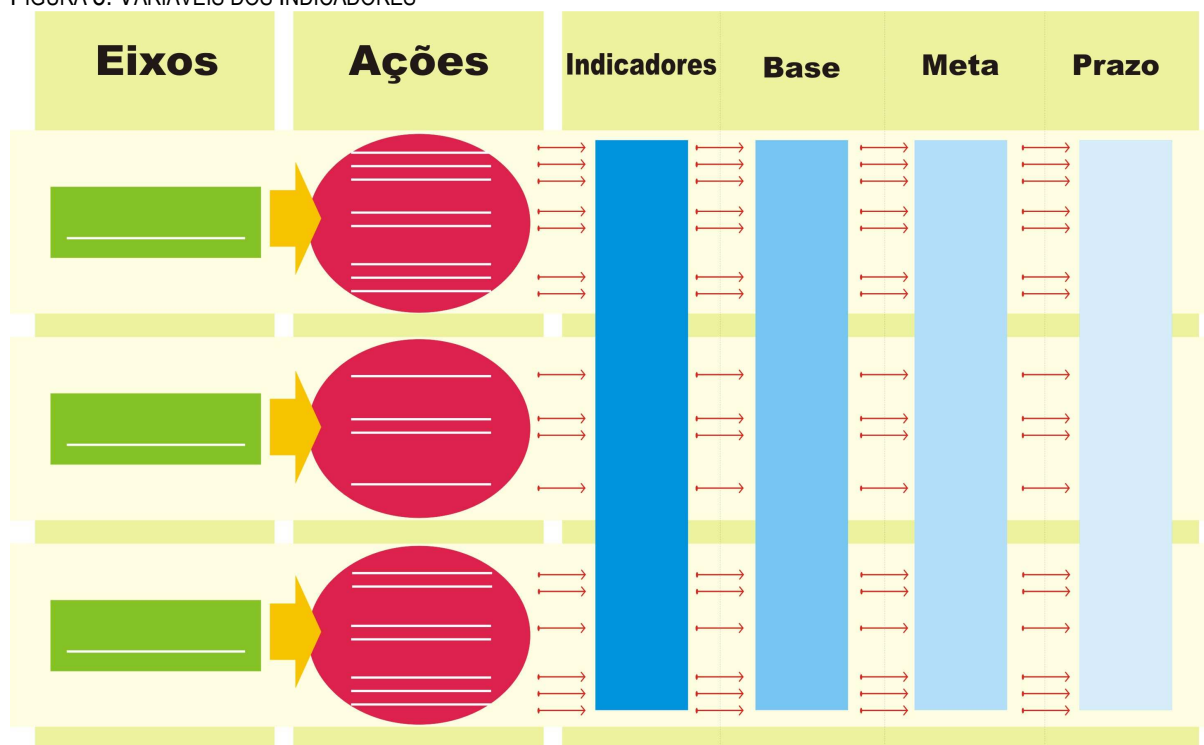
- **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M):** É obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda). Este indicador é publicado em nível municipal em periodicidade em consonância com a publicação do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE.
- **Índice de Gini:** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Este indicador é publicado em periodicidade em consonância com a publicação do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE.
- **Indicadores de desempenho do PDM:** refere-se aos chamados indicadores de políticas, planos ou programas, e tem o objetivo de avaliar a implementação do PDM, através das ações determinadas dentro de cada Eixo de Desenvolvimento e dos aspectos da Gestão Municipal. Estes permitem avaliar mais objetivamente ações e resultados alcançados, permitindo buscar a causa de conflitos.

Outro fator determinante para o estabelecimento dessas duas classes de indicadores é que “... é difícil detectar quanto à mudança na qualidade de vida é resultado das ações do governo municipal, das ações de outros atores sociais (governos estaduais e federais, ONGs, associações filantrópicas, etc.) ou até mesmo do desempenho da atividade econômica” (ESTATUDO DA CIDADE, 2001). Portanto, vislumbra-se a necessidade e relevância de abranger essas duas escalas de avaliação, permitindo uma visão mais abrangente, que oriente ações para todos os atores sociais.

Por fim, é importante destacar a necessidade de um acompanhamento periódico e pré-determinado, configurando um mecanismo de avaliação constante. Sugere-se o repasse e divulgação de informações por parte dos departamentos da Prefeitura de forma bimestral para o gestor dos indicadores, e a realização de conferências municipais anuais objetivando a avaliação pública e discussão de alternativas e propostas para melhorar o desempenho destes indicadores. Isto pode inclusive permitir a comparação entre diferentes momentos do governo ou diferentes gestões.

Para cada **indicador** definido, tem-se a identificação do valor **base**, isto é, a situação atual em relação ao indicador, e o estabelecimento da **meta** a ser alcançado em um determinado período de tempo (**prazo**). Estas variáveis compõem as tabelas a seguir.

FIGURA 8: VARIÁVEIS DOS INDICADORES



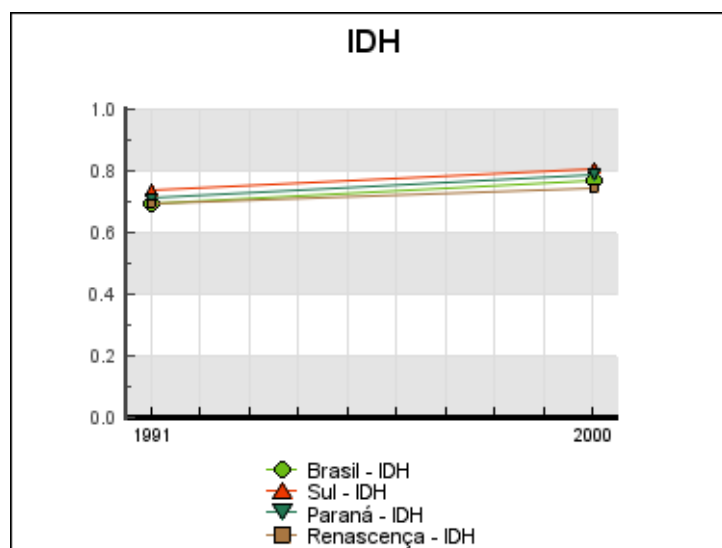
Fonte: ECOTÉCNICA, 2007.

5.1 Indicadores de Performance Sistêmica

Conforme já comentado na ocasião da elaboração da Avaliação Temática Integrada, no ano de 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renascença foi registrado em 0,746. Este índice enquadra o município entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Renascença cresceu 7,46%, passando de 0,694 em 1991 para os já citados 0,746 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, seguido pela longevidade e pela renda.

O IDH-M de Renascença em 2000 ficou menor que a média brasileira (0,766) e que a média do paranaense (0,787), conforme se pode visualizar no Gráfico 1, a seguir.

GRÁFICO 1: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1991-2000



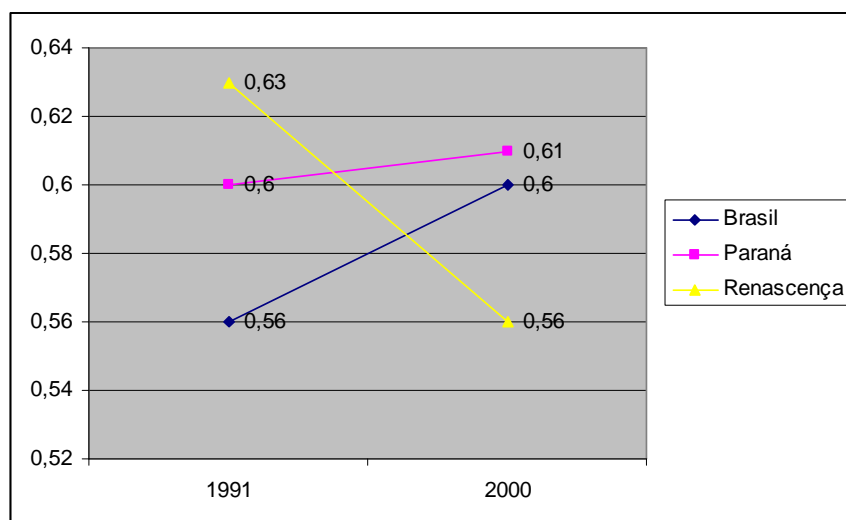
Fonte: PNUD – MUNINET, 2007.

Observa-se também que em 2000 o município atingiu um patamar de menor diferença com as médias estadual e nacional em relação a 1991, porém, não ultrapassando nenhuma média.

Considerando que o município mantivesse a mesma taxa de incremento no IDH do que aquela observada no período 1991-2000 (0,75% a.a.) calcula-se que em um horizonte de 05 anos Renascença a um IDH-M de 7,93 porém ainda não alcançaria o patamar de IDH-M 0,8, que entraria na categoria de municípios com alto desenvolvimento humano (maior que 0,8). Pondera-se, entretanto, este valor (0,8) como uma meta, tendo em vista o crescimento dos últimos anos e a implantação e continuidade deste PDM, que poderá contribuir para uma maior taxa de crescimento anual do IDH-M.

Já o coeficiente de Gini (que mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*) em Renascença houve uma melhora no período 1991-2000, de quase 1,11% a.a., diminuindo de 0,630 a 0,56 (lembrando que quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade). No entanto, conforme explicita o gráfico abaixo, o Paraná e Brasil, em valores médios, obtiveram piora dos coeficientes, apesar de em menor proporção (Paraná de 0,60 em 1991 para 0,61 em 2000, e Brasil de 0,56 em 1991 para 0,60 em 2000) (PNUD, 2003).

GRÁFICO 2: COEFICIENTE DE GINI 1991-2000



Fonte: PNUD, 2003

Ainda é possível observar que Renascença, além de uma melhora, ainda mantém os índices melhores que as médias do Paraná e Brasil. Portanto, tendo em vista o contexto regional e estadual, considera-se significativo o estabelecimento de uma meta de estabilidade no coeficiente para os próximos 5 anos (no patamar de 0,56), acreditando em resultados opostos à tendência observada nas duas escalas de análise (regional e nacional).

TABELA 1: INDICADORES DE PERFORMANCE SISTÊMICA

INDICADOR A SER UTILIZADO	BASE	META EM 05 ANOS
IDH-M	0,746	0,80
Coeficiente de Gini	0,560	0,560

Fonte dos dados de base: PNUD, 2003.

5.2 Indicadores de Desempenho do PDM

A seguir estão explicitados os indicadores a serem avaliados periodicamente pela Prefeitura Municipal e Conselho de Desenvolvimento Municipal. Conforme já ressaltado, estes correspondem às ações delineadas por eixos de desenvolvimento, no documento intitulado P03 – Diretrizes e Proposições. Muitas das ações referem-se à elaboração e implantação de estudos e projetos, e, por conseguinte, os respectivos indicadores referem-se à execução direta destas ações. No entanto, sempre que pertinente procurou-se quantificar a execução destas ações, de forma a criar indicadores menos subjetivos ou manipuláveis. Ainda, alguns indicadores necessitam de estudos específicos para tornar possível a definição do valor de base, uma vez que se trata de números ainda não quantificados pela Prefeitura Municipal.

Não obstante, destaca-se a importância de uma reflexão constante acerca destes indicadores, da sua validade e pertinência no processo de avaliação do desempenho do PDM. Obviamente, à medida que as ações forem reavaliadas, de forma democrática e participativa conforme recomendado pelo Plano de Ações, há a necessidade de readequação destes indicadores.

5.2.1 Indicadores dos Eixos de Desenvolvimento

TABELA 2: INDICADORES DE DESEMPENHO DO PDM

Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo
ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL E MAIOR APOIO AO AGRICULTOR	Desenvolver a agroindústria através do incremento das associações e/ou cooperativas de agricultores	Número de agroindústrias formadas por associações	-	30% Formalização agroindústrias através de associações (3 anos)
	Realizar melhorias nas estradas municipais, nos acessos às vias secundárias bem como os acessos às propriedades rurais	% de estradas e acessos adequados	-	80% em boas condições (3 anos)
	Capacitar os produtores para agregar valor à matéria-prima e para desenvolver atividades alternativas agrícolas e pecuárias	% de produtores capacitados nas diversas áreas	-	70% de capacitação para as atividades alternativas (5 anos)

Divulgar os programas de financiamento de agricultura familiar junto aos pequenos produtores rurais	% de produtores na agricultura familiar	-	80% dos produtores com acesso aos programas (4 anos)
Criar rede de contatos para a comercialização de produtos agrícolas in natura e beneficiados do município	% de contatos cadastrados	-	80% rede de contatos implantada (3 anos)
Criar programa de apoio à diversificação produtiva para substituir a cultura do fumo	Implementação do programa	-	60% das propriedades diversificadas (4 anos)
Criar parcerias com profissionais ou empresas privadas para adequação das propriedades ao SISLEG	Parcerias formalizadas	-	70% unidades de produção adequadas (4 anos)
Apoiar a captação de financiamento de crédito agrícola (programa PRONAF)	% de unidades de produção cadastradas	-	90% das unidades cadastradas (3 anos)
Desenvolver estudos de culturas agrícolas alternativas e incentivo para expansão dessas através de parcerias público-privadas	Número de projetos desenvolvidos e expansão da cultura agrícola alternativa	-	10% dos projetos desenvolvidos e 50% áreas agrícolas com produção alternativa
Desenvolver estudos de viabilização para a implantação de culturas oleaginosas para fins de biocombustíveis	% de propriedades que desenvolvem as culturas	50% das propriedades	90% das propriedades (5 anos)
Desenvolver e executar projetos para implantação de poços artesianos em conformidade com leis ambientais, priorizando o abastecimento público	% de poços existentes o	06 poços artesianos existentes e 6 em execução	80% das comunidades atendidas (3 anos)
Desenvolver e implantar projetos hídricos para garantir a produção agrícola em épocas de estiagem	Desenvolvimento do projeto	-	Projeto elaborado (1 ano)
	Implementação de projeto		80% das propriedades atendidas (2 anos)
Realizar o cadastramento dos produtores rurais	% de produtores cadastrados	80%	100% (1 ano)
Elaborar e executar projeto para o desenvolvimento do turismo religioso e rural no município	Implantação de projeto	-	100% projeto implantado (5 anos)
Estabelecer parcerias entre poder público, produtores e empresas com sistema de integração aves/suínos no fornecimento de água nos períodos de estiagem	% de unidades de produção com sistema aves/suínos	64 propriedades com produção de aves	80% das propriedades atendidas (3 anos)
	Parcerias estabelecidas		
Fortalecer e ampliar parceria entre Departamento de Agropecuária e EMATER para proporcionar suporte e acompanhamento técnico aos produtores rurais	% de propriedades assistidas	-	80% das propriedades assistidas (2 anos)
	Parcerias estabelecidas		
Priorizar os produtores que estão de acordo com a legislação ambiental, tributos municipais e emissão de notas fiscais do produtor de acordo com a produção rural, quando nas melhorias da infra-estrutura viária e acesso às propriedades rurais	% de propriedades de acordo com legislação ambiental, tributos municipais e emissão de notas fiscais do produtor de acordo com a produção rural	-	80% dos produtores atendidos (3 anos)
Desenvolver portal de apresentação/sinalização para o acesso ao Santuário N. Senhora da Saleté	Implementação do projeto	-	100% implantado (1 ano)

GARANTIA DA QUALIDADE DE VIDA, BEM ESTAR E VALORIZAÇÃO CULTURAL

Adquirir maquinário e equipamentos para implantação de patrulha mecanizada	Quantitativo maquinário e equipamentos existentes	-	80% da patrulha mecanizada ampliada (3 anos)
Ampliar o Núcleo de Saúde Municipal (NIS –I Renascença).	% da população atendida	31.650 consultas realizadas no ano de 2006	100% da população atendida (05 anos)
	Elaboração de projeto	-	Projeto elaborado (1 ano)
Disponibilizar sede própria para a biblioteca municipal, bem como aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais.	Nº de equipamentos, mobiliário e materiais necessários implantados	-	100% Implantação da sede, equipamentos, mobiliário e materiais (02 anos)
	Elaboração de projeto	-	Projeto elaborado (8 meses)
Desenvolver e realizar cursos de qualificação profissional para famílias de baixa renda.	Elaboração programação	-	Programa elaborado (1 ano)
	% de população não qualificada	-	60% de aprovação nos cursos. (03 anos)
Implementar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).	Elaboração projeto	-	Projeto Elaborado (1 ano)
	% da população atendida	-	Centro Implantado 90% população atendida (03 anos)
Elaborar e implantar programa de redução do déficit habitacional no meio urbano e rural.	Elaboração do programa	-	Programa elaborado (1 ano)
	% programa implantado	-	100% programa implantado (02 anos)
Elaborar plano de regularização fundiária urbana e rural.	Elaboração do Plano	-	80% regularizada (04 anos)
	% de área necessária	-	
Elaborar e implantar estudos para realocação de famílias instaladas em áreas de risco e em áreas de preservação permanente.	Elaboração estudo	-	Estudo elaborado (01 ano)
	Implantação do estudo	-	Estudo implantado (03 anos)
Ampliar a infra-estrutura das creches, ensino fundamental e médio.	Elaboração de projeto	-	Projeto elaborado (01 ano)
	Ampliação da infra-estrutura	-	Infra-estrutura implantada (1,5 ano)
Realizar levantamento do patrimônio cultural.	Realização do levantamento	-	100% Levantamento realizado (03 anos)
	Número edificações valor histórico	-	
Desenvolver e executar projeto de implantação de equipamentos de lazer, cultura e esporte na área urbana e rural.	Desenvolvimento do projeto	01 praça e 01 parque (Urbano) 01 Santuário (Rural)	Projeto desenvolvido (1 ano)
	Execução do projeto	-	70% Projetos executados (03 anos)
Recuperar e ampliar a infra-estrutura viária urbana.	% de vias com calçadas adequadas	40%	70% de vias com calçadas adequadas (02 anos)
	% de vias com sinalização adequada	35%	90% de vias com sinalização adequada (03 anos)

	Implantar Casa de Abrigos para menores, mulheres e idosos.	Elaboração e implantação projeto	-	Projeto elaborado e implantado (2 anos)
		% da população atendida	-	100% dos que necessitam atendimento (04 anos)
	Criar e implantar programa de incentivo ao hábito da leitura nas redes de ensino do município.	Elaborar programa	-	Programa elaborado (1 ano)
		Implantação do programa	-	Programa implantado (02 anos)
	Estudar e implantar sistema alternativo para tratamento adequado do esgoto doméstico nas comunidades rurais;	Elaboração do projeto	-	Projeto elaborado (01 ano)
		Implantação do projeto	-	80% Projeto implantado (03 anos)
	Criar parcerias com instituições financeiras para desenvolver programas de moradias populares.	% da população atendida	-	100% dos que necessitam (02 anos)
		Parcerias criadas	-	05 parcerias formalizadas (3anos)
	Implantar uma Casa da Memória para valorização do patrimônio histórico do município	Elaboração projeto	-	Elaboração do projeto (1 ano)
		Implantação do projeto	-	Implantação do projeto (04 anos)
	Adquirir um veículo traçado para uso da Prefeitura Municipal	Aquisição do veículo	-	Veículo adquirido (2 anos)
	Implantar a Clínica da Mulher.	Elaboração do projeto	-	Projeto elaborado (03 meses)
		Implantação do projeto	-	Projeto implantado (01 ano)
	Realizar levantamento e implementar programa de preservação do patrimônio cultural	Realização do levantamento	-	Levantamento realizado (1 ano)
		Implantação do Programa	-	90% Programa implantado (2 anos)
	Elaborar e executar projeto de ampliação da Escola Municipal Ida Kummer com a construção do 4° bloco	Realização do projeto	-	100% projeto elaborado e executado
Execução do projeto		-	(1 ano)	
Ampliar o Centro de Educação Infantil Girassol	Realização do projeto	-	100% projeto executado	
	Execução da ampliação	-	(1 ano)	
ESTRUTURAÇÃO URBANA	Desenvolver e implantar Plano de Drenagem Urbana	% Viabilização do Projeto	-	100% Projeto Viabilizado (1 ano)
		% de vias com drenagem adequada ⁽³⁾	45%	80% das vias com drenagem adequada ⁽³⁾ (3 anos)
	Conceder incentivos fiscais para estimular a conservação dos passeios	Alteração no código Tributário Municipal	-	Código Tributário Alterado (2 anos)
	Elaborar e executar projeto de arborização e paisagismo urbano	Elaboração do Projeto	-	Projeto Elaborado (1 ano)
		Execução do Projeto	-	Projeto Executado (3 anos)
	Desenvolver e implantar projeto de travessia de pedestres ao longo da rodovia PRT-280	Elaboração do projeto	-	Projeto Elaborado (1 ano)
Implantação do Projeto		-	Projeto implantado (2 anos)	

	Elaborar e implantar projeto de ciclovia junto a PRT-280	Elaboração do projeto	-	Projeto elaborado (1 ano)
		% Implantação da Ciclovia	-	100 % Ciclovia implantada (1,5 anos)
	Elaborar e executar padronização dos passeios para pedestres	Elaboração do projeto	-	Projeto Elaborado (1 ano)
		Implantação da Padronização dos Passeios	-	100% Padronização implantada (3 anos)
	Realizar melhorias nas vias marginais à rodovia	Implantação das melhorias	-	70% Melhorias Implantadas (3 anos)
	Elaborar e executar projeto para revitalização, adequação e manutenção da Praça Ivaldino Gobbi e Estádio Municipal	Elaboração do Projeto	-	Projeto elaborado (1 ano)
		Execução das Melhorias	-	Melhorias implantadas (2,5 anos)
	Desenvolver projeto e implantar dois pavilhões no Parque Yara Mãe d'água destinado à agropecuária, à indústria e comércio.	Elaboração do Projeto	-	Projeto Elaborado (1 ano)
Implantação do Projeto		-	Projeto Implantado (2 anos)	
FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES REGIONAIS E ESTADIAIS	Elaborar estudos técnicos específicos para a possível instalação do aeroporto regional de cargas (ARC) no município.	Elaboração de Estudos	-	Estudos Elaborados (2 anos)
	Organizar e participar de uma agenda de eventos regionais e interestaduais	Participação na agenda de eventos regionais e interestaduais	-	Participação na agenda (1 ano)
	Implementar o consórcio de desenvolvimento intermunicipal	Implantação do Consórcio	-	Consórcio Implantado (1 ano)
GARANTIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	Elaborar o código ambiental do município.	Elaboração de estudo e mapeamento atualizado	-	Implantação do Código (2 anos)
		Implantação do Código Ambiental Municipal	-	
	Ampliar e executar programa de recuperação de áreas ambientais	Execução do programa com realização de trabalho educacional junto aos agricultores	10% das propriedades	Execução do programa (1 ano)
		Ampliação da produção de mudas de espécies nativas no viveiro municipal	70.000/mudas ano	80.000mudas/ ano (2 anos)
		Mapeamento das áreas a serem recuperadas	-	100% áreas mapeadas (2 anos)
	Adotar práticas conservacionistas para evitar a degradação dos solos e o assoreamento dos rios.	Adoção de práticas conservacionistas	-	80% das propriedades rurais (1 anos)
	Restringir atividades a serem desenvolvidas às margens de águas ou locais onde o nível de lençol freático seja superficial	Restrição ou controle de atividades desenvolvidas em áreas de proteção ambiental	-	90 % das propriedades de pequeno porte controladas (2,5 anos)
	Elaborar plano municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos (PGIRS).	Elaboração e implantação do Plano	-	Plano elaborado (1 ano)
				100% plano implantado (2 anos)
Desenvolver e implantar programa de educação ambiental junto às escolas da	Desenvolvimento do Programa	-	Programa Desenvolvido (6meses)	

	rede pública e população em geral	Implantação do programa/ Avaliação de mudanças comportamentais	-	Implantação do programa na rede de ensino e população em geral (1,5 ano)
	Elaborar estudo de viabilidade para a criação de reservas particulares de patrimônio natural (RPNN)	Elaboração de estudos de viabilidade	-	100% áreas mapeadas (1 ano) Implantação do estudo (2,5 anos)
	Regularizar junto aos órgãos competentes o licenciamento ambiental dos cemitérios existentes no município.	Licenciamento dos cemitérios	-	100% Cemitérios regularizados (2 anos)
	Implantar programa para redução do uso de agrotóxico em áreas agrícolas.	Implantação do programa	-	Atendimento a todas as propriedades rurais 45% (1,5 anos)
DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL PELO INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO E SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Implementar projetos de Microfinanças para empreendimentos locais	Número de projetos financiados	-	10 projetos financiados 02 anos
	Instituir uma incubadora formada por empresas	Número de empresas incubadas	-	06 empresas incubadas 02 anos
	Promover a cultura empreendedora municipal	Parceiras com Universidades Locais, Torneios Empreendedores	-	70% cultura empreendedora formalizada 02 anos
	Desenvolver e implementar um programa de prospecção de mercado	Desenvolvimento de estudo identificando as potencialidades municipais	-	Programa desenvolvido (6 meses)
		Implementação do programa	-	100% programa implantado 02 anos
	Promover a realização e atualização constante do cadastro das associações de serviços e de indústrias no município	Atualização de cadastro	-	100% cadastro atualizado Uma vez por ano
	Promover a formação técnicas dos produtores rurais	Número de cursos técnicos realizados	-	Realização de no mínimo 4 cursos anualmente
Promover a qualificação da mão de obra local	Número de Cursos técnicos realizados	-	Realização de no mínimo 03 anos por ano	
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PERMANENTE	Criar o Fórum de Desenvolvimento Municipal	Implantação do Fórum de Desenvolvimento Municipal	-	Fórum implantado (1 ano)
	Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal	Implantação do Conselho de Desenvolvimento Municipal	-	Conselho implantado (imediatamente após aprovação do PDM)

5.2.2 Indicadores de Gestão Administrativa

TABELA 3: INDICADORES DE GESTÃO EM AÇÕES INTERNAS

Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo
Preencher as vagas disponíveis através de concurso público;	% de vagas em aberto	47,89% ⁽¹⁾	100 % do provimento das vagas (2 anos)
Avaliar o impacto de novas contratações no Orçamento Municipal;	% do montante de folha e encargos destinados à contratação, relativos ao orçamento municipal.	33,22% ⁽²⁾	Máximo de 60% ⁽³⁾

Fortalecer Política de Recursos Humanos para os servidores municipais;	Existência de Regime Jurídico Único dos Servidores	-	Implantação do Regime Jurídico Único dos Servidores (03 anos)
	Existência de Plano de Carreiras	-	Implantação do Plano de Carreiras (03 anos)
	Existência de Avaliação de desempenho para promoção diagonal	-	Implantação de Avaliação de desempenho para promoção diagonal (03 anos)
Promover Capacitação permanente dos servidores Municipais;	% de servidores capacitados	inexpressiva	40% dos servidores capacitados por ano, em cada departamento
Ampliar a participação das receitas tributárias no montante global de arrecadação;	Valor da arrecadação tributária (impostos municipais)	R\$ 279.948,29 ⁽⁵⁾	Incremento de 5% ao ano
Efetivar a fiscalização tributária no município;	Valor da arrecadação tributária (impostos municipais)	R\$ 279.948,29 ⁽⁵⁾	Incremento de 5% ao ano
	Valor da arrecadação patrimonial (cota-parte ICMS)	R\$ 2.575.058,36 ⁽⁵⁾	
Sistematizar agenda de reuniões entre os diretores dos órgãos da Prefeitura;	Número de reuniões	Inexpressiva	Realização de reuniões quinzenais
Promover fiscalização Rural;	Desenvolvimento de ações elencadas pelo conselho de desenvolvimento municipal	-	Avaliação de desempenho anual
Atualizar cadastro imobiliário e planta genérica de valores;	Valor da Arrecadação do IPTU e ITBI	-	Incremento de 5% ao ano
Promover fiscalização urbana;	Desenvolvimento de ações elencadas pelo conselho de desenvolvimento municipal	-	Avaliação de desempenho anual
Criar o Estatuto Regimentar e a Implementação da Agenda 21;	Estatuto da agenda 21	-	Estatuto Criado (1 ano)
Informatizar um sistema de banco de dados no município;	Sistema de banco de dados	30%	100% do banco de dados informatizado (1 ano)
Implantar um Sistema de Inspeção Municipal;	Inspeção Municipal	Governo Estadual	100% do sistema implantado (1 ano)
Revisar e Atualizar a legislação tributária municipal.	Legislação tributária municipal	Legislação tributária existente	100% legislação revisada e atualizada (1 ano)
Reestruturar a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal	Estrutura Administrativa	Estrutura Administrativa Lei n° 432/2003	100% Estrutura administrativa alterada (1 ano)

(1) Levantamento a ser realizado mediante reavaliação das vagas.

(2) Percentual realizado no exercício de 2006 (Despesa Corrente de pessoal mais encargos sociais).

(3) Limites estabelecidos no Art. 19 da Lei Complementar n° 101/2000, conhecida como "Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF".

(4) Receita arrecadada em 2006.

(5) Valor de arrecadação em receitas no ano de 2006.

(6) A Prefeitura Municipal deverá fazer uma checagem dos imóveis existentes, na sede urbana, quanto aos parâmetros

TABELA 4: INDICADORES DE GESTÃO DA ARTICULAÇÃO EXTERNA

Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta
Incentivar criação de Instituições que promovam maior interação público / privado	Articulação entre o poder executivo e legislativo para aproximar as lideranças locais das decisões alocativas tomadas	-	Criar instituições (1 ano)
Ampliar a participação dos conselhos municipais na Gestão municipal	Projetos efetivados pelos Conselhos	-	Efetivação de 01 projeto por conselho a cada ano

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este volume tem por objetivo auxiliar os Administradores Municipais e o Conselho de Desenvolvimento Municipal na implementação das Ações do Plano Diretor Municipal, mediante a explicitação de mensurações e avaliações de desempenho, tanto das ações propostas quanto dos próprios Departamentos da Prefeitura responsáveis pela efetivação das mesmas.

A partir da adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sugerida no capítulo 3 deste volume, e readequadas as atribuições dos segmentos da estrutura e otimizando suas funções, as ações deverão ser focadas para o alcance dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

Com a implantação de um sistema de informação sugerido no capítulo 4 deste volume, e utilização de indicadores de avaliação, capítulo 5, poderá ser mensurado a eficiência do conjunto das ações do Plano Diretor Municipal e da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Renascença.

7 REFERÊNCIAS

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: 2001.

RAVANELLO. **Gestão de Tecnologia da Informação / Internet**. Apostila Acadêmica: MBA Executivo em Gestão Empresarial Estratégica – EDUCON. Curitiba, 2006.

INNES, J. e D. E. BOOHER, Indicator for Sustainable Communities: A Strategy on Complexity Theory and Distributed Intelligence, In: **Planning Theory and Practice**, vol. 1, n.º 2, p. 173 – 186, Londres, 2000.

MACGILLIVRAY, A. e S. ZADEK, Accounting for Change, In: **The New Economics Foundation**, Londres, Outubro de 1995.

PNUD, Atlas do Desenvolvimento Urbano no Brasil, www.pnud.org.br, 2006.

SANTOS, F. R. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

VAZ, J. C., Medindo o Desempenho da Gestão. **Dicas do Instituto Pólis**, DICAS nº37, 1995.